



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº S/N - TRE-ES/PRE/DG/SAO/COSEG/SMCST**Termo de Referência**

CATMAT: 445485

1. Objeto:

1.1. O presente certame tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de água mineral potável, sob demanda, incluindo o serviço de entrega, conforme especificações e condições aqui estabelecidas.

2. Local de entrega:

2.1. Cartório Eleitoral da 1ª Zona de Vitória, conforme Adendo I.

3. Previsão de Consumo:

3.1. Previsão anual é de 60 (sessenta) garrações.

4. Especificação dos Serviços:

4.1. O fornecimento deverá ser efetuado no prazo máximo de 01 (um) dia útil, após o recebimento da solicitação através de telefone ou e-mail da contratada, efetuada pelo fiscal do contrato, no endereço constante no adendo I.

4.2. Fornecer, para emprego na execução dos serviços, somente produtos de primeira qualidade, bem como observar rigorosamente as especificações técnicas e a regulamentação aplicável;

4.3. A água mineral potável, sem gás, deverá ser fornecida em garrafão de 20 litros, lacrado, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária -ANVISA, com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto;

4.4. Em caso de vazamento, ou qualquer outra anomalia no garrafão, o mesmo deverá ser substituído sem ônus para a contratante.

5. Das Penalidades:

5.1. A contratada que descumprir as obrigações decorrentes do contrato, ficará sujeita às seguintes sanções:

DESCUMPRIMENTO	PERCENTUAL DIÁRIO	LIMITE DE DIAS	LIMITE DE HORAS	PERCENTUAL TOTAL	VALOR DE INCIDÊNCIA DA MULTA
Atraso injustificado na entrega e/ou substituição do garrafão.	5%	02	-	10%	Serviço em atraso
Inexecução total ou parcial do objeto.	-	-	-	30%	Serviço inexecutado
Qualquer outra obrigação (por ocorrência)	-	-	-	0,5%	Valor total do contrato
Recusa de manutenção da proposta ou descumprimento do prazo para assinatura do instrumento contratual	-	-	-	20%	Total da Proposta

5.2. O atraso superior a 20 (vinte) dias, na entrega ou na substituição, caracterizará a inexecução total da obrigação, suscetível à punição conforme disposto no item 5.1;

5.3. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF;

5.4. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

5.5. A base de cálculo da penalidade de multa será proporcional à parcela do objeto entregue ou substituído em atraso, desde que, ao final dos prazos previstos neste item, o objeto contratado tenha sido recebido de forma integral pelo Tribunal.

5.6. A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração;

5.7. A não manutenção da proposta ou o descumprimento do prazo para a assinatura do instrumento contratual/nota de empenho implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total da proposta encaminhada pela empresa e aceita pela Administração. O descumprimento do prazo estabelecido para assinatura do instrumento contratual/nota de empenho equivale à recusa em assiná-lo.

5.8. As penalidades acima não excluem as previstas no art. 28, do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005;

6. Da Vigência:

6.1. O prazo de vigência será da assinatura do instrumento contratual até o dia 31 de dezembro de 2022.

7. Forma de Pagamento:

7.1. O pagamento será mensal e compreenderá o somatório dos fornecimentos efetuados no período, conforme planilha constante do Adendo II.

8. Da Proposta:

8.1. Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio está ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.

9. Da Obrigação da Contratada:

9.1. Autorizada a contratação, a empresa deverá devolver o instrumento contratual devidamente assinado em até 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento do mesmo.

10 . Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018):

10.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

10.2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

Vitória, 15 de outubro de 2021.

Andresa Farias Raposo

Fiscal de Contrato

SMCST/TRE/ES

ADENDO I

Endereços:

VITÓRIA (Zona: 001)

Endereço: Rua: Muniz Freire, s/n - Cidade Alta - Fórum Muniz Freire s/n – 3º andar
CEP: 29015140
Telefone: (27) 3222-5953
Fax: (27) 3223-4517

ADENDO II

Apresentação da proposta

Local	Previsão (2022) Quantidade Garrafão (fornecimento de água mineral, sem gás, em garrafão- 20l)	Valor unitário (por Garrafão)	Valor parcial
Cartório Eleitoral da 1ª Zona	60	R\$	R\$
	Previsão (2022) Quantidade Garrafão (só vasilhame)		
	02	R\$	R\$
		Valor Total	

Em 15 de outubro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRESA FARIAS RAPOSO, Técnico Judiciário**, em 15/10/2021, às 14:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0636504** e o código CRC **F8CBFBD0**.

0005517-79.2021.6.08.8000

0636504v23